


Radiografias institucionais do campo (?) das relações étnico-raciais na antropologia feita no Brasil

Zwanga Nyack

Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9551-823X>

zwanga.nyack@outlook.com

Introdução

O presente trabalho representa o processo de alargamento das discussões incitadas em um projeto de pesquisa construído por mim, ainda discente do curso de graduação em Ciências Sociais, durante participação na disciplina de Metodologias de Pesquisas em Antropologia no ano de 2018,¹ bem como de uma produção apresentada na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul em 2019.² O projeto

¹O trabalho final da disciplina constituía na construção de um projeto que pudesse ser utilizado para o desenvolvimento de nossas monografias e/ou que fossem prestados às seleções de mestrado na área.

²A produção se encontra nos anais do evento que pode ser acessada em: www.ram2019.sinteseeventos.com.br.

visava discutir as inter-relações existentes entre o campo da antropologia com o que até aquele momento eu compreendia por “Questão Racial”³ durante os anos iniciais de institucionalização e capilarização da primeira enquanto disciplina científica no país. A produção seguinte se deteve em apontar a existência de tal temática no campo institucional da antropologia, uma vez que a pesquisa do mestrado já estava andamento, no qual parte de seu material será aqui retomado, para que possam ser feitas as alterações necessárias, fruto do estado atual da pesquisa.⁴

Com esse intuito, discuto os antecedentes históricos que possibilitaram o fortalecimento da disciplina em âmbito institucional, pontuando a criação dos programas de pós-graduação em antropologia (social) e realizando uma breve discussão acerca dos conceitos de “raça”, “relações raciais”, “relações interétnicas” na antropologia feita no Brasil, para que em seguida seja possível fazer uma análise do que foi pensado como o campo da “etnicidade” e compará-lo com que proponho como campo das “relações étnico-raciais”.

Antecedentes históricos: antropologia e pós-graduação

Pensar a antropologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil, ou seja, institucionalizada, requer uma atenção para certos elementos an-

³Escrito desta forma, em vários textos e apresentações que realizei durante minha graduação. “Questão Racial” significava para mim, naquele momento, o conjunto de discussões que diziam respeito a existência das populações negras e dos problemas e questões que acometiam as mesmas, ou seja, o fenômeno do racismo, da escravidão, das desigualdades raciais e também dos seus âmbitos onto e epistemológicos (Carneiro, 2004)

⁴Na verdade, no estado final. Provavelmente quando este artigo, se aceito, se tornar público, a dissertação aqui referida estará em vias de ser depositada no repositório da universidade.

teriores à sua existência, que são de fundamental importância para se ter um entendimento abrangente acerca de seu surgimento no cenário acadêmico nacional. Estes são: o movimento pela modernização do ensino superior, que possibilitou o fortalecimento de um novo sistema de ensino e pesquisa no país, tecendo fortes críticas ao antigo modelo de cátedras; e em consonância com Eunice Durham (1999) e Mariza Corrêa (2004), dois episódios fatídicos que foram os incêndios do prédio da SPI — Serviço de Proteção ao Índio — e o da rua Maria Antônia, que culminou com a destruição do prédio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo nos anos finais da década de 1960.

O movimento em defesa de um novo modelo de ensino superior para o país se instaurou em meados dos anos 1960, mas os seus precedentes datam da década de 1920, onde já se observava a partir de determinados atores sociais um forte senso crítico sobre o regime de ensino vigente. O então modelo se caracterizava por meio de escolas isoladas, cujo objetivo principal consistia na formação de profissionais liberais, tendo suas atividades totalmente dissociadas da pesquisa. Tal configuração gerou grandes críticas e reflexões sobre a função social e científica dessas instituições. Conforme aponta Trajano e Martins:

Uma constelação de fenômenos sociais, econômicos, políticos e acadêmicos contribuiu para a formação da pós-graduação no país. Sua construção derivou de um complexo empreendimento coletivo que contou com a participação do Estado, de organismos representativos da comunidade científica e do corpo docente das instituições de ensino e pesquisa envolvidas com esse nível de ensino. (TRAJANO; MARTINS, 2004, p. 16).

É assim que a criação de organizações como a Academia Brasileira de Ciências no ano de 1922 e da Associação Brasileira de Educação em 1924 vão incorporar a luta pela mudança do sistema de ensino e

propor recomendações sobre a necessidade de se construir universidades que fossem capazes de aliar as atividades de ensino à pesquisa. O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932, assinado por 26 intelectuais, dentre os quais Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo eram signatários, representa o esforço dos agentes desse período em mudar as bases do sistema educacional brasileiro no geral, bem como no ensino superior, de forma particular.

Conforme nos lembra Peirano (1991), é nesse contexto em que a questão educacional se tornará pela primeira vez uma questão nacional, ou seja, será tomada como princípio para reflexão acerca da situação do país e dos seus possíveis rumos. A virada do século, apesar de ainda apresentar uma continuação das temáticas desenvolvidas pelas teorias racistas da degenerescência e desigualdades entre as raças, também apontaria para as mudanças de ênfases dadas nas discussões sobre a formação do país e de seus principais problemas, sejam eles de ordem econômica, política e/ou cultural. Nas palavras de Roquette-Pinto (1927): *“our national problem is not transforming mestiços into whites. Our problem is the education of those who are here, whether light or dark.”* (p. 59-62, apud PEIRANO, 1991, p. 23). Assim, durante os anos 1920 e 30, a problemática da educação será elencada como principal questão mobilizadora dos intelectuais e também se fará presente em muitos movimentos de cunho científicos e literários, como o caso da Semana de Arte Moderna de 1922. Aqui, emergirá a figura do educador, no qual lutará por reformas no sistema de ensino, bem como se constituirão em oposição às primeiras grandes elites profissionais ainda em hegemonia naquele momento, ou seja, os advogados, engenheiros e médicos.

Vale ressaltar ainda que os anos 1930 também vão ser marcados por um profundo processo de profissionalização das ciências sociais,

conforme apontado por Luppi de Oliveira (1991), em contraposição ao autodidatismo da primeira geração de sociólogos, onde não havia uma especialização na área, e no qual será fundamental para a posterior institucionalização da mesma nas décadas seguintes. Chamando a atenção para a diferenças existente entre os termos, Oliveira aponta que a “profissionalização” se restringiria a necessidade de se criar profissionais formados nas áreas das Ciências Sociais, ou mesmo estritamente da Sociologia, correspondendo ao apelo de Mário de Andrade no qual a sociologia se caracterizaria como “a arte de salvar mais rápido o Brasil” (OLIVEIRA, 1991, p. 53), enquanto a “institucionalização”, propriamente dita se restringia ao movimento de construção de centros e instituições específicas voltadas para o ramo das ciências sociais, o que ocorrerá em grande medida somente a partir dos anos 1960, conforme veremos mais à frente.⁵

No decorrer dos anos o movimento pela reforma do ensino superior ganha novos atores como é o caso do surgimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, que através das suas revistas de divulgação científica fomentou inúmeros debates sobre a necessidade de se realizar alterações no ensino superior. Importante pontuar a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951 que, juntas, podem ser elencadas como as principais agentes que “constituíram um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa

⁵Nesse sentido, podemos fazer referência a criação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade do Distrito Federal em 1935, que tinham como objetivo em comum formar profissionais qualificados para interpretar e lidar com os problemas brasileiros, resguardadas as devidas distinções entre tais cursos. Para uma análise mais aprofundada das diferenças regionais entre as ciências sociais carioca e paulista ver Miceli (1989), Peirano (1991) e Corrêa (1995).

no país” (OLIVEIRA, 1991, p. 17).

Contraditoriamente, o golpe empresarial-civil-militar de 1964 impulsionou processos que dariam origem e constituição à Reforma Universitária, uma vez que buscou vincular o sistema educacional ao desenvolvimento econômico do país, promovendo assim a criação de um sistema que fomentasse a ciência e tecnologia. Desta forma, o parecer 977/65 elaborado por Newton Sucupira, na época membro do Conselho Federal de Educação (CFE), visava a implantação de cursos de mestrado e doutorado no país. Duas centenas de cursos foram pleiteados para credenciamento, mas apenas metade foi aprovada devido os outros não estarem respeitando os critérios estabelecidos pelo CFE.

Em 1968, é então criado um outro documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que retoma várias passagens do Parecer 977/65 afirmando que o atual modelo de educação superior era anacrônico e que não atendia às condições necessárias para o progresso da ciência. O relatório do GT apontava para a criação de um Centro Criador de Ciências, Culturas e de Novas Técnicas. As propostas elencadas pelo documento foram acolhidas e transformadas na Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68). Com a referida lei estava decretado o fim do sistema de cátedras, a criação de departamentos, e também institucionalizada a carreira docente, além de instaurado o regime de dedicação exclusiva, dentre outros avanços.⁶

O outro elemento central para se pensar acerca do processo de institucionalização da antropologia nos PPG's se dá a partir dos incêndios

⁶Conforme Trajano e Martins (2004), a Lei da Reforma Universitária representou uma vitória histórica para o movimento de luta por um novo ensino superior, pois na verdade, a referida lei estaria institucionalizando um conjunto de demandas que já vinham sendo pautadas pela comunidade acadêmica e pelo movimento estudantil.

dos prédios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Faculdade de Filosofia da USP, localizada na Rua Maria Antônia. Segundo Corrêa (1999 *apud* DURHAM, 2004, p. 143), tais acontecimentos representaram o fim de uma época e de um modo de pesquisar e ensinar, fazendo com que a antropologia deixasse de ser produzida nos museus e nos departamentos,⁷ e começasse a se instalar nos programas de pós-graduação, cujo foco será a formação de antropólogos/as. (CORRÊA, 1999 *apud* DURHAM, 2004, p. 143). Esse apontamento é importante, pois uma vez que a antropologia passa a ser praticada nos programas de pós-graduação, estes passam a se caracterizar como elementos balizadores do ensino da disciplina no país, como nos aponta Debert (2004), bem como também expressam “o término (...) do tratamento individualizado de questões cruciais para a produção antropológica do país” (CORRÊA, 2013, p. 110). É por compreender a centralidade que estes programas possuem na consolidação e no amadurecimento da ciência, no geral, e da Antropologia, no particular, que focarei minha análise nos PPG’s da referida área.

Nesse contexto de institucionalização e sedimentação do ensino superior no país a Antropologia ganhará corpo e capilaridade em âmbito nacional, especificamente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.⁸ Assim, são criados os PPGAS do Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, ainda no ano de 1968, constituindo-se assim o primeiro PPGAS do país; o PPGAS da Unicamp — Universidade Estadual de Campinas, em 1971; o PPGAS da Universidade de São Paulo — USP e da UNB — Universidade de Brasília, ambos iniciando suas atividades em 1972; e, em 1977, cria-se o

⁷Característica do período heroico da disciplina, conforme intitulado por Oliveira (1988), no qual a Antropologia era produzida majoritariamente por estrangeiros.

⁸Conforme observa-se no quadro 1.

PPGAS da Universidade Federal de Pernambuco — UFPE.

Vale ressaltar que a existência de uma produção antropológica de cunho profissional e institucional não necessariamente estava vinculada somente a esses programas. Pelo contrário, já em meados dos anos 1950, especificamente em 1953, havia sido criada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que desde então vem contribuindo para a expansão da disciplina no território nacional. A criação dos PPGAS impulsionou ainda mais a produção da área, fortalecendo a comunidade profissional, tendo em vista que o número de indivíduos com uma maior aproximação acadêmica e profissional na área de antropologia estava aumentando. Aliás, muito antes da ABA já existiram outras associações semelhantes a exemplo da Sociedade de Etnografia e Folclore, dirigida por Mário de Andrade em 1936; e da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941 por Arthur Ramos.

Dos anos 1960 até a metade da segunda década do século XXI é notória a expansão do ensino superior brasileiro. Segundo o sítio da CAPES,⁹ através da Plataforma Sucupira, que reúne dados estatísticos sobre os PPG's de todas as áreas do conhecimento a nível nacional, existem hoje cerca de 4.639 programas de pós-graduação em todo o país, congregando um total de 7062 cursos de pós-graduação. Somente na área das Ciências Humanas são cerca de 1000 programas. No tocante a área da Antropologia¹⁰ são 37 PPG's, totalizando 59 cur-

⁹A última verificação dos dados da Plataforma Sucupira se deu no dia 06/04/2021. Disponível em: sucupira.capes.gov.br.

¹⁰Segundo a Plataforma Sucupira a área da antropologia está associada a área de arqueologia, tendo em vista que alguns programas possuem linhas de pesquisas voltados para ambas as áreas. Entretanto, este modelo de PPG não é mais tão comum no país, onde o processo de departamentalização favoreceu o desmembramento das áreas em comum, como no caso da antropologia que se constitui na tradição estadunidense dos 4 campos: antropologia física ou biológica, antropologia social, linguística e arqueologia.

sos, distribuídos em 29 Instituições de Ensino Superior — IES — no DF — Distrito Federal — e em outros 21 estados da federação. Os PPGAs se dividem em 14 programas de Mestrado acadêmico, 1 Mestrado profissional e 22 programas de Mestrado/Doutorado acadêmico.

Metodologia

Os principais recursos metodológicos para execução desta etapa da pesquisa foram de caráter bibliográfico acerca do desenvolvimento da Antropologia enquanto disciplina acadêmica, bem como se apoiou na coleta de dados dos PPG's fornecidos pela Plataforma Sucupira, pelos dados disponíveis nos sítios dos próprios programas e também através dos diálogos diretos, via *e-mails* com as secretarias dos principais PPGAS analisados durante a pesquisa de mestrado.¹¹

Analisei nesse primeiro momento as descrições de linhas e núcleos de pesquisas, disponíveis nos sites dos PPGAS existentes nos anos 1970-2000, respeitando, obviamente, as alterações feitas ao longo do tempo para não cometer anacronismos nas construções das interpretações. Para tal, também me apoiiei nos trabalhos produzidos a partir da pesquisa “Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em Antropologia” da ABA, realizada durante a gestão de Wilson Trajano Filho (2002-2004), e que foram reunidos no livro “O campo da Antropologia no Brasil” (2004), e também na sua “atualização” empreendida durante a gestão de Bela Feldman-Bianco, e organizada pela mesma juntamente com Daniel Schroeter Simião no livro “O Campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios” publicado em 2018. Na apresentação do livro, Trajano (2018) descreve que os dados da pesquisa poderiam ser acessados no site da ABA, en-

¹¹Já referidos anteriormente: o PPGAS do MN/UFRJ, da UNICAMP, DA USP, UNB E UFPE.

tretanto quando tratei de buscá-los, estes já não se encontravam mais disponíveis, o que fez com que as minhas análises fossem construídas a partir dos dados e das interpretações apresentadas pelos autores e autoras em cada capítulo do livro.¹² Neste momento, deterei uma maior atenção ao capítulo escrito por Paula Montero (2018) intitulado de “Antropologia no Brasil: tendências e debates” devido este ter como objetivo fazer um mapeamento das linhas e núcleos de pesquisas das diversas áreas de conhecimento antropológico a nível nacional.

Em complementação aos dados já trazidos pela pesquisa e afim de colocar novos elementos, construí algumas tabelas, desenhos e gráficos dos PPGAS existentes na época com o intuito de obter uma melhor sistematização da situação da produção de conhecimento antropológico no geral, e em especial sobre relações étnico-raciais, em termos de concentração institucional e regional.

Desta forma, voltei-me para análise das linhas de pesquisas dos referidos programas a fim de filtrar aqueles que tratavam da referida temática. Essa filtragem se deu a partir da análise dos títulos e descrições das linhas de pesquisas ou eixos temáticos dos programas. Para me valer de um terreno firme que me permitisse afirmar se um PPGA se interrelaciona ou não com a temática das relações étnico-raciais, numa *perspectiva racializada*, tive que me empenhar na construção do que chamo de Critérios de Identificação (CI's), que são palavras-chave e/ou conceitos utilizados nas construções dos títulos e das descrições das linhas/eixos constituintes nos programas.

¹² Até o presente momento ainda não consegui ter acesso aos dados brutos da pesquisa para que eu pudesse constatar ou reformular minhas interpretações acerca dos resultados veiculados da mesma. Entretanto, em 2018 foi publicada uma retrospectiva do campo antropológico no país, inspirada na iniciativa de Trajano, desta vez empreendida por Bela Feldman-Bianco e Daniel Schroeter Simião, no qual muito tem me ajudado a reinterpretar cada vez mais o estado da arte de nossa disciplina, em especial no que diz ao campo das relações étnico-raciais.

Num primeiro momento, o CI utilizado, de forma um tanto ingênua, era apenas a palavra “raça”. Durante a pesquisa pude perceber que apenas “raça” não daria conta para a realização de tal tarefa pois a temática das relações étnico-raciais se apresentava nas descrições das linhas de forma bastante diluída e generalizada, realizando diálogos com várias outras áreas de conhecimento, *pouco apresentando-se como uma área independente*. Daí houve uma ampliação de palavras-chave e conceitos que constituem os CI's, tais como “etnicidade”, “afro”, “relações étnico-raciais”, “relações interétnicas”, dentre outras que podem ser conferidas na tabela abaixo.

Tabela 1: Critérios de Identificação utilizados na identificação de linhas de pesquisas voltadas para a temática das relações étnico-raciais

raça	racismo	etnia	afrodescendentes	quilombolas
relações interétnicas	negros	brancos e negros	identidade étnica	conflito étnico
afro-brasileiro	relações raciais	relações étnico-raciais	etnicidade	africanidades
colonialismo	questão racial			

Para a fundamentação teórica dos CI's, me apoiei nos escritos sobre a técnica de *codificação* apresentada por Graham Gibbs (2009), onde afirma que:

A codificação é um processo analítico fundamental para muitos tipos de pesquisa qualitativa. Ela consiste em identificar uma ou mais passagens do texto que exemplifiquem alguma idéia temática e ligá-las a um código, que é uma referência taquigráfica à idéia temática. (GIBBS, 2009, p. 77).

Gibbs prossegue pontuando que “(...) após a codificação, é possível acessar os textos codificados de forma semelhante e comparar de que forma variam entre casos e com textos codificados de outra forma.” (GIBBS, 2009, p. 77).

Radiografias institucionais

Ao se debruçar sobre os percursos trilhados pela comunidade acadêmica da Antropologia nos anos 1990-2000 e dialogando com os demais antropólogos e antropólogas que se propuseram também, em momentos anteriores, uma análise acerca do desenvolvimento da disciplina no país, Montero (2004), com a missão de analisar os dados da pesquisa realizada pela ABA, já citada, nos traz apontamentos pertinentes a respeito da proliferação do campo antropológico em outras regiões do país, marcado pela criação de novos PPG's, bem como realiza um balanço sobre os grupos de pesquisas vinculados ao CNPq e os põe em relação com as linhas de pesquisas existentes nos programas da época em questão. A autora, quando da análise de formação da disciplina, chama a atenção para o movimento de concentração regional no qual a antropologia passou, afirmando que “a antropologia brasileira, ao menos do ponto de vista da formação dos pesquisadores,

ainda é um fenômeno marcadamente concentrado na região sul do país.” (MONTERO, 2004, p. 119), embora, posteriormente, aponte para o processo de dispersão regional.

Alinhada com o pensamento de Cardoso de Oliveira (1988), a autora afirma que a Antropologia no Brasil ainda se encontra em dois polos de formação, a saber: “etnologia indígena” e “antropologia da sociedade nacional”, mas que estão passando por algumas transformações devido à complexificação do objeto da disciplina, constituindo-se com grandes diversidades internas, principalmente no que se refere à segunda tradição teórica. Montero pensa esse processo como “fragmentação teórica” (MONTERO, 2004, p. 121) e atesta que o movimento de maturação das mudanças no campo da pesquisa se dá de forma lenta. Tal fenômeno se dá pela emergência de novos campos de conhecimento, como os estudos sobre/na cidade, com movimentos sociais, de gênero etc., que poderia levar a uma nova configuração da disciplina, mas que para a autora, este processo não representa uma ruptura com a leitura das grandes linhagens da disciplina.

Os dados trazidos pela autora nos servem de base para empreendermos os primeiros apontamentos sobre a situação das discussões voltadas para a temática das relações étnico-raciais na Antropologia feita no Brasil nos anos finais da década de 1960 aos anos 2000 sob um ponto de vista institucional. Seu trabalho nos permite visualizar o estado da arte dos estudos da Antropologia da época nos diferentes PPG’s e demais universidades, uma vez que a autora agrupa as linhas e grupos de pesquisas em temáticas gerais.

Destarte, é possível detectar a presença de um campo de estudos específicos voltados para as relações étnico-raciais, e especificamente para as comunidades negras, intitulado pela autora como “etnicidade” (MONTERO, 2004, p. 141), presente desde os anos finais da década

de 1960, com a criação da linha de pesquisa em “Minorias étnicas e a sociedade nacional” do PPGAS do Museu Nacional — UFRJ, em 1968. Nesse período, encontram-se registrados cerca de 8 linhas de pesquisas: “Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade” (USP, 1972), “Identidade e Etnicidade — construção de identidades étnicas e nacionais” (UFF, 1999), “Raça, etnicidade e gênero” (UFPA, 1999), “Relações entre dominantes e dominados” (UFPE, 1988), “Relações Interétnicas” (UFPR, 1999), “Relações entre grupos étnicos e raciais” (UFRGS, 1997) e “Identidade étnica e cidadania” (UFRGS, 2001); e 7 grupos de pesquisas: “Relações Interétnicas, diásporas e direitos étnicos” (UFSC), “Etnicidade, afros, índios e judaísmo — núcleo de estudos sobre etnicidade” — (UFPE), “Afro, indigenismo, relações Interétnicas” (UFRJ/MN), “Raça, etnicidade e gênero” (UFPA), “Fronteira, etnicidade, migração” (UnB), “Relações raciais, memória, identidade, imaginário” (PUC/SP) e “Multiculturalismo” (UESC).

Destarte, quando observamos o eixo “eticidade” percebemos a forma diversa de se tratar a temática das relações étnico-raciais. Termos como “afro”, “etnia”, o próprio termo “relações étnico-raciais”, “relações interétnicas” dentre outros, estão presentes nesse eixo. O ponto aqui a ser evidenciado não é a forma diversificada que a discussão é produzida (o que é algo extremamente positivo), mas sim a falta de sintonia e coerência entre os termos. O que poderia ser argumentado como sendo um reflexo da negação do uso do conceito “raça” por parte dos antropólogos e antropólogas, diferente dos sociólogos e sociólogas que tentaram manter seu uso, não sem controvérsia, tendo em vista toda a discussão que foi levantada a respeito de tal categoria no pós-Segunda Guerra Mundial, quando da afirmação da não existência de raças biológicas. Ademais, cabe ressaltar também os esforços da

comunidade antropológica de fazer uso da categoria “etnia” em detrimento da “raça”, também no entendimento de enfatizar os processos sociais e culturais que dizem respeito às populações africanas, indígenas e demais grupos, por exemplo, do que se pautar por pressupostos bio-lógicos (OYĚWÙMÍ, 2004). Aqui, percebemos na prática, como que ocorreu, por meio dos programas de pós-graduação, a adesão de determinadas teorias e conceitos para se debruçar sobre a realidades das comunidades negro-africanas, e como isso ajudou a moldar um certo olhar antropológico sobre as mesmas.

Tabela 2: Linhas de Pesquisa incluídas no eixo de “Etnicidade”

Linhas de Pesquisa	Instituição	Ano
Minorias étnicas e a sociedade nacional	Museu Nacional	1968
Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade	USP	1972
Relações entre dominantes e dominados	UFPE	1988
Relações entre grupos étnicos e raciais	UFRGS	1997
Identidade e Etnicidade – construção de identidades étnicas e nacionais	UFF	1999
Raça, etnicidade e gênero	UFPA	1999
Relações Interétnicas	UFPR	1999
Identidade étnica e cidadania	UFRGS	2001

Fonte: Informações retiradas dos sítios dos próprios programas e relacionadas com a pesquisa da ABA realizada gestão de Wilson Trajano Filho (2002-2004).

Ao observarmos atentamente a configuração dos outros eixos temáticos descritos pela autora, observamos a presença de linhas e grupos de pesquisas que poderiam se encaixar no primeiro caso, mas que não estão lá. É o caso, por exemplo, das linhas de pesquisas: “Formas da vida social, manifestações simbólicas, *relações interétnicas* (grifos meus), história e contextos ambientais” (USP, 1974) e “*Relações Interétnicas*” (UnB, 1981) agrupadas ao eixo de Etnologia

Indígena; e dos grupos de pesquisa: “*Relações Interétnicas e desenvolvimento sustentável*” (MPEG), “*Pós-colonialismo, nações e conflitos*” (Unicamp), “*Estudos Camponeses, Etnicidade*” (UFRJ/MN) e “*Antropologia da música afro*” (UFU), agrupadas aos eixos de Etnologia Indígena, Antropologia Política, Campesinato e Etnomusicologia, respectivamente.

A forma como as linhas e grupos de pesquisas foram agrupados nos permite questionar quais os critérios que a autora utilizou para não os agrupou no eixo de “etnicidade”. É importante deixar nítido que Montero deixou transparecer que a maneira como ela construiu os eixos estava alinhada ao seu entendimento de como tais discussões são feitas no campo geral da antropologia. Em sendo assim, tendo em vista que a autora é uma “*insider*” no campo antropológico, nos termos colocados por Hill Collins (2016), ou seja, pertence ao conjunto hegemônico da disciplina, utilizando suas ferramentas e é reconhecida pelos seus pares, quando questiono aqui os critérios que a mesma utilizou na distribuição das linhas e grupos de pesquisa, me refiro mais a postura intelectual e epistemológica dela enquanto antropóloga, do que a qualquer apontamento de outra ordem. Assim, a pergunta que, num primeiro momento, seria: “quais os critérios Montero (2004) utiliza para pensar a construção do eixo etnicidade?”, logo se transforma em: quais os critérios a antropologia, enquanto disciplina, utiliza para pautar a produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais?

Há ainda um outro elemento a ser pontuado. Quando analisamos os dados do eixo temático de “etnicidade” em relação aos outros percebe-se que esta foi lida e apresentada pelas antropólogas e antropólogos nacionais como possuindo uma presença tímida na produção de conhecimento antropológico (RUBIM, 1997). O que é intrigante, pois mesmo esta área se constituindo como uma das mais antigas que

vão dá base a antropologia nacional junto da etnologia indígena, a estudos sobre religião, dentre outras, conforme pode ser evidenciado pelas tabelas apresentadas a seguir, sua produção parece não estar mais nos grandes centros de conhecimento antropológico, por mais que haja análises que buscam afirmar o inverso disso (SCHWARCZ, 1999; SIMÕES, 2018), estas ainda alocam a temática das relações étnico-raciais num campo maior de discussão, diluindo-a em outros campos, o que a faz permanecer como um presença irrisória — nestas e para estas narrativas.

Diante dos questionamentos levantados, serão apresentadas na próxima sessão as estratégias de abordagem da temática das relações étnico-raciais pelas diversas linhas e grupos de pesquisa antropológica no país, o que permitirá uma aproximação maior aos conteúdos que suscitam as questões apresentadas.

Relações raciais, relações étnico-raciais, relações interétnicas e a antropologia feita no Brasil

A categoria “raça”, na produção sociológica e antropológica brasileira, tem sido utilizada de maneira muito diversificada (GUIMARÃES, 1995, 1999, 2002; MUNANGA, 1988, 1998, 1999). Suponho que essa diversidade epistemológica e metodológica de tratar a problemática racial tenha ocorrido devido ao enfrentamento concreto e intenso à categoria de “raça” ocupando um sentido biológico — fundamentado pelas teorias raciais dos sécs. XV ao XIX —, por grande parte dos intelectuais contemporâneos que, ao pôr em xeque o caráter pseudocientífico de tais teorias, afirmando a existência de apenas uma única raça humana, optaram por não mais usar a denominação “raça”.

Isto possibilitou a indicação de outras nomenclaturas como “preconceito de marca” (NOGUEIRA, 1985), “preconceito racial”, “etnia”, “discriminação social”, “discriminação racial”, “cor” dentre outros, como forma de lidar com as possibilidades de lidar com este fenômeno que não sob os aportes bio-lógicos.

Acerca deste momento crítico referente ao uso ou não uso da categoria “raça”, considero as argumentações de José Carlos dos Anjos muito pertinentes no sentido de nos oferecer uma percepção ampla desses posicionamentos:

Resumo neste artigo duas posições em controvérsia nas Ciências Sociais brasileiras na atualidade (primeira metade dos anos 2000). Para uma delas que chamo de *construtivista objetivista*, à qual me filio, o conceito de raça é operacionalizável sob uma perspectiva nominalista, o que significa dizer que raças só tem existência como construto social. (...) Estou chamando a essa posição de construtivista objetivista e estrutural, em contraposição a uma outra posição, (...) que chamaria de um *construtivismo subjetivista*. Sob esse outro construtivismo que está em jogo é algo muito similar. Trata-se de enfatizar que as categorias raciais são criadas e reconstituídas em contextos locais. Portanto, os atores sociais estão manipulando suas identidades em função desses contextos de interação nos quais estão inseridos, e existe uma multiplicidade de formas de operacionalizar sistemas classificatórios raciais. (ANJOS, 2008, p. 15, grifos meus).

Importante ressaltar que a virada do século XX para o século XXI é marcada por diversos acontecimentos políticos e institucionais voltados para as populações negras no país, como o advento do Movimento Negro Unificado e também das políticas de ações afirmativas que serão responsáveis por colocar as relações étnico-raciais nas pautas jornalísticas e intelectuais no cotidiano brasileiro.

Estudos como os de Guimarães (1995, 1999; 2002) e Silva (2000) nos chamam a atenção para a maneira pelo qual as interpretações das relações étnico-raciais foram tecidas à luz de outras teorias e conceitos

a partir da negação do sentido biológico de “raça”, e também da negação ou do questionamento profundo da ideologia da democracia racial. Guimarães (2002) pontua que sofreu grandes críticas em relação a sua tentativa de ressignificar o conceito de “raça”. Estas se baseiam no entendimento de que raça seria uma noção estranha à realidade brasileira; que está contaminada pelas ideologias do movimento negro e pelas categorias estadunidenses; e de que, principalmente, raça é um conceito imprestável, impossível de ser recuperado analiticamente.

Segundo o mesmo, “raça” denota o seu caráter de construção social, e de que esta também deve ser compreendida como uma categoria política e analítica, pois “revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe.” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

aqueles que defendem a utilização do termo pelas ciências sociais enfatizam, em primeiro lugar a necessidade de empregar o conceito para demonstrar o caráter específico das práticas e crenças discriminatórias que fundamentam formas agudas de desigualdades raciais e, em segundo lugar, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo não há outra alternativa senão reconstruir criticamente as noções dessa mesma ideologia - a vitimação é uma prova mesmo que o terreno conceitual que justificou práticas discriminatórias têm uma efetividade maior do que a de um círculo de giz. (GUIMARÃES, 1995, p. 46).

Nesse sentido, Guimarães (2002) traça uma recuperação do conceito de “raça” numa perspectiva social, nos possibilitando assim afirmar a existência de “raça social”, que consiste em um conjunto de significados raciais que, não existindo no plano biológico, persiste, pelo menos, no imaginário dos indivíduos e, assim, acaba por orientar suas ações.

Nilza da Silva (2000), se propõe a delinear um debate extremamente polêmico para o movimento negro e para a academia brasileira

no que se refere à realidade da população negra: se as desigualdades que afetam essa parcela da sociedade são originadas por desigualdades de classe ou de “raça”. A autora traça um panorama de como se deu a relação entre esses conceitos na área das Ciências Sociais na tentativa de se criar uma interpretação teórica da dinâmica da realidade dos negros e negras no Brasil. A autora aponta para os estudos dos grupos de cor realizados durante os anos 1940 e 50, encabeçados por Donald Pierson e Thales de Azevedo, que na sua perspectiva, endossaram, contraditoriamente, o discurso da ideologia da democracia racial na medida em que se referiam a categoria “cor” e não “raça” nos seus trabalhos, ao passo que “pressupunha um processo de assimilação da população negra, excepcionalmente na tentativa de extirpar elementos inferiores do cenário nacional.” (SILVA, 2000, p. 101). Nesse sentido, “a situação do negro na sociedade estaria baseada na sua cor, e, à medida que houvesse um processo de miscigenação com o embranquecimento do negro, ele teria a possibilidade de ascender socialmente.” (SILVA, 2000, p. 108). Guimarães aponta que a grande característica do modo de classificação por cor é que ele “não fecha as portas para ninguém, (...), a sociedade seria uma sociedade de classes, uma sociedade aberta, em que negros, brancos, índios, mestiços, pessoas de qualquer cor, podem transitar pelos diferentes grupos sociais.” (GUIMARÃES, 2003, p. 101).

Tal compreensão do fenômeno das relações étnico-raciais, mas evidenciado pela autora como relações raciais,¹³ viabilizou o entendimento de que ele se configura mais por um preconceito de classe,

¹³E isto pode ser identificado também nos outros autores aqui citados. Este detalhe pode nos ajudar a compreender o argumento que aqui tento desenvolver: de que quando utilizamos a expressão relações étnico-raciais ou simplesmente relações raciais, na maioria das vezes, estamos nos referindo às comunidades negras, somente, e não a todo o conjunto da sociedade.

explicitamente perceptível na sociedade brasileira, do que de fato um preconceito de raça, uma vez que aqui o racismo não tinha o teor separatista e estrutural, para muitos pesquisadores e para parcela da população, tal como nos EUA.¹⁴ O tipo de racismo à brasileira se caracterizaria muito mais no nível individual, íntimo.¹⁵

Nesse sentido, temos os questionamentos teóricos elaborados pelos sociólogos brasileiros a partir dos anos 1960, logo após as finalizações e publicações das pesquisas realizadas pela UNESCO acerca da realidade racial da sociedade brasileira, especificamente no sudeste do país. As críticas que daí surgiram foram direcionadas para a ideologia da democracia racial formulada por Gilberto Freyre, que para os pesquisadores tal teoria representava a constituição de um mito, pois o que se encontrava no Brasil estava longe de se configurar como uma “harmonia entre as raças”, e sim uma profunda desigualdade entre as mesmas. Guimarães aponta que por mito, Fernandes estava tentando afirmar que “essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra” seria, portanto, “como um discurso de dominação, (...)”

¹⁴O uso deste termo em grafias minúsculas se dá devido a negação de reconhecimento das ideologias de dominação e da superioridade simbólica que este país e outras potências construíram para si, e que são constantemente evocadas quando do uso desse e tantos outros termos em grafia maiúscula. Ver Njeri (2019).

¹⁵Podemos afirmar que a gênese das formulações teóricas sobre o racismo no Brasil se dá na comparação com a realidade racial dos EUA. A contribuição de Oracy Nogueira possui respaldo acadêmico até hoje: “Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada em relação aos membros de uma população, as quais se sentem como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências, diz-se que é de origem.” (NOGUEIRA, 1985, p. 78).

sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros.” (GUIMARÃES, 2003, p. 102).¹⁶

Já a partir dos anos 70 há um processo de retomado do conceito de raça, principalmente impulsionado pelos movimentos negros já existentes e da fundação do Movimento Negro unificado em 1978, que assim como os teóricos da escola de sociologia paulista se contrapunham a ideia da democracia racial, também definindo-o enquanto um mito, e apostando na positivação da identidade afro e do termo negro. As publicações de Nelson do Valle e Silva (1979), Carlos Hanselbag (1980), e de Lélia Gonzalez com Hanselbag (1982) trazem assim uma aproximação do discurso político evidenciado pelos movimentos negros de um discurso analítico — visto e presente nas universidades — a partir do momento em que analisam os dados do IBGE e apontam para a existência de desigualdades e discriminações entre os grupos raciais, oriundas de diferenças de oportunidades e formas como tais grupos eram tratados. Aliado a isto, os pesquisadores também ajudaram na consolidação do entendimento do termo negro como uma categoria política construída a partir da junção das categorias pretos e pardos utilizadas pelo IBGE.¹⁷

¹⁶Neste momento podemos elucidar nomes como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Costa Pinto, Octavio Ianni, que irão se dedicar a compreender as origens e as dinâmicas das desigualdades sociais brasileiras, elegendo a categoria “classe” como eixo central de análise. Florestan Fernandes, por exemplo, acreditava que a integração dos negros na sociedade brasileira se dava mediante, primeiro a eliminação das barreiras de classe, que seriam ocasionadas com a mudança estrutural da sociedade, e somente após esse processo as desigualdades raciais seriam devidamente aniquiladas pela harmonização que haveriam entre as raças facilitadas pelo governo socialista.

¹⁷Segundo Guimarães, “aí a confusão está formada; e por quê? Porque agora tem-se um conceito que não era nem analítico nem nativo. Não era analítico porque a sociologia não o sustentava, tampouco a biologia, e não era nativo senão para uma parte mínima da população brasileira, ou seja, para os ativistas e simpatizantes do MNU.” (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

Segundo Maria Nilza da Silva (2002), houve um retardamento na percepção de que a sociedade brasileira se estrutura a partir da categoria raça devido a visão de que a mesma é dividida por classes, difundida pela sociologia da década de 1970 e que ganhou capilaridade na população em geral. Percebe-se, inclusive, que o debate aqui realizado se deu em torno da compreensão sociológica do termo “raça” que, de uma maneira ou de outra, aderiu o que José Carlos dos Anjos (2008) chama de uma postura construtivista objetivista da categoria “raça”, ou seja, não abandonou, ou pelo menos, tentou não abandonar o uso do conceito, uma vez que compreendem a complexidade e a permanência do mesmo na sociedade brasileira. Os apontamentos de Silva são de fundamental importância para que possamos tentar localizar ou interligar esses debates ao processo de consolidação do campo da Antropologia no Brasil, mesmo que a autora não tenha tido em mente esse recorte na produção de seu texto. Sua contribuição nos possibilita identificar quais os principais autores consagrados nesse campo temático de um modo geral, e de compreender como eles dialogam entre si na tentativa de construir uma interpretação mais concreta da dinâmica das relações étnico-raciais no Brasil. Nesse sentido, poderíamos elencar que a Antropologia brasileira optou por desenvolver suas análises acerca do fenômeno das relações étnico-raciais a partir da ótica construtivista subjetivista, ou seja, abandonando o conceito de raça?

Uma inquietação/argumentação semelhante pode ser encontrada em Munanga, no tocante aos estudos antropológicos e a categoria “raça”. Para o antropólogo, a constatação científica de não existência dos anos 1960-70 provocou o surgimento de novas formas de racismo, que passa a violentar diversos outros grupos que não somente os de negros e africanos. Ademais, configura-se também a emergência de

um tipo de racismo baseado na etnia. Segundo Munanga, “O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos” (MUNANGA, 2003, p. 10). Daí que,

Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destruí a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses. (...) Tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados. (MUNANGA, 2003, p. 12-13).

Temos aqui, uma crítica concreta a essas mudanças de termos para se referir a problemática do racismo que, na percepção do autor, são meramente ilustrativas uma vez que a alteração do nome não modifica o fenômeno na sua concretude. Sua “manipulação ideológica” ocorre, por exemplo, na mudança de olhar para o referido problema bem como da compreensão do mesmo na organização da sociedade e das relações que a permeiam. Nesse sentido, penso que um adendo a essa crítica feita por Munanga seria pensarmos nos níveis ideológicos da utilização desses termos na dinâmica própria da produção de conhecimento, questionando, por exemplo, até onde tais alterações conceituais dialogam com ideologias de ontem, como no caso da ideologia da democracia racial, e corrobora com as ideologias de hoje, nas tentativas de silenciamento de trajetórias e narrativas não-hegemônicas nos mais diversos espaços de poder, e na própria academia. Uma outra

inquietação epistemológica advinda desse panorama é a identificação da presença desta discussão ocupando ora um lugar de destaque, ora um lugar secundarizado no momento de construção das análises em torno do processo de formação e consolidação da sociedade brasileira. Isto em ambos os campos de saberes aqui evidenciados, sociológico e antropológico.

Em sendo assim, diante da diversidade de possibilidades de uso da terminologia, se faz necessário realizar alguns apontamentos próprios da dinâmica desta pesquisa em andamento. No momento inicial de minha pesquisa, ainda em 2019, havia destacado o conceito “Questão Racial” para me referir aos estudos e fenômenos sociais relacionados às experiências das comunidades negras. Entretanto, de acordo com os feedbacks que ia recebendo, bem como com o desenvolvimento da pesquisa, passei a adotar o uso da categoria “relações étnico-raciais” como forma de endossar um conceito que já estava em voga, mesmo que na minha percepção carecesse de uma maior unidade semântica devido a compreensão de sua importância política e capacidade mobilizadora. Ademais, penso que seu uso pode nos ajudar a tornar explícitos os processos de *racialização* que precisam ser evidenciados no âmbito de nossa disciplina e da produção de sua história, uma vez que historicamente os assuntos que envolvem as populações negras dentro do campo da Antropologia não foram tratados de forma sistemática, como um campo autônomo, mas sim ocupando certos lugares nas discussões de outros campos do saber no interior da disciplina. Entretanto, isso não significa que a antropologia não se preocupou com as questões relacionadas à existência das populações negras no Brasil.

Se formos por essa ótica, constataremos exatamente o contrário. A Antropologia lidou com tal temática só que com uma perspectiva dife-

renciada, com um olhar mais voltado para as questões envolvendo os processos de reprodução dos sistemas de crenças dos povos africanos em terras brasileiras e de suas diversas reconstruções, negociações e ressignificações, ou seja, construiu uma referencial teórico e metodológico que permitisse a abordagem de tais sujeitos somente sob um viés culturalista, restringindo a estes como “portadores de cultura”, para fazer uso aqui de um termo utilizado por Arthur Ramos nos anos 1930. No decorrer dos anos 1970, Roberto Cardoso de Oliveira desenvolve a teoria da fricção interétnica que, a meu ver, representa uma mudança de olhar sobre as relações de poder existentes entre brancos, negros e indígenas no país, servindo como uma possibilidade de contraponto a ideologia da democracia racial. Tal fato é perceptível (e reconhecido) a partir da resenha de Peter Fry (1979) da dissertação de Carlos Rodrigues Brandão, que posteriormente é publicada em formato de livro, no qual afirma que o recém mestre “Opta, portanto, por seguir a linha de análise avançada por *Bastide, Ianni, Cardoso e Fernandes*, que procuraram desvendar a produção de várias ideologias das relações raciais por parte dos vários grupos étnicos inseridos na sociedade brasileira” (FRY, 1979, p. 328, grifos meus).

Penso que a etnografia de Brandão pode representar um momento significativo de retorno por parte da antropologia brasileira de se relacionar com a temática das relações étnico-raciais, especialmente os estudos voltados para as comunidades negro-africanas, que se diferencie de uma abordagem culturalista, por vezes, muito criticada pelos intelectuais e acadêmicos negres, inclusive in loco, e simultaneamente, desde o momento em questão, como uma abordagem que “espetaculariza”, “tematiza”, “coisifica”, “objetifica” negres (CARNEIRO, 1964; RAMOS, 1955; NASCIMENTO, 1978; CARDOSO, 2014) sob um único viés, impossibilitando uma abordagem destes enquanto seres

altamente complexos, portanto “vivos” (RAMOS, 1955).

Utilizo aqui a expressão “retorno” devido ao processo de constituição da etnologia brasileira, no qual se inicia e se constitui com antropólogos físicos estudando comunidades indígenas locais e, com o passar do tempo, começam a realizar estudos etnográficos com as comunidades negro-africanas presentes no território nacional, ainda sob influência das teorias da degeneração, passando depois pelas teorias culturalistas para se pensar a questão da identidade nacional, onde a problemática da raça vai ser deixada de lado, para que a noção de cultura se faça presente. E como demonstrado por Villas Bôas (2007) e Peirano (1991), a temática da raça também será substituída pelas discussões em torno da educação. É nesse momento, portanto, que a população negra vai ser vista sob um ponto de vista “mais positivo”, onde seus elementos serão integrados aos símbolos nacionais (DANTAS, 1982), tirando-lhe as africanidades que lhe são próprias, mas performando sua visibilização — e fortalecendo seu embranchamento, contribuindo assim para uma percepção “eticizada” das comunidades negro-africanas, dando ênfase aos seus elementos estritamente culturais, “étnicos”. Oliveira, em um determinado momento, chamou a atenção para o fenômeno de “ilusão da etnia” (OLIVEIRA, 1976), *i. e.*, o encobrimento de outros tipos de relações existentes entre as etnias, do tipo de classe ou de outras ordens, em detrimento das relações interétnicas. Se antes, nos anos 1930 e 40 assistimos a exaltação da herança africana, da contribuição negra na formação da sociedade brasileira, e no qual a elite intelectual dominante, sobretudo, os intelectuais nordestinos, irão cristalizar os negros como “portadores de cultura” (DANTAS, 1982, p. 158), estes, em meados dos anos 1960 e 70 serão rearticulados sob o conceito de “etnia” — o qual sem provocar muitas alterações na forma como já vinham sendo pensados

pelos antropólogos locais (MUNANGA, 1998) — serão “eticizados” e objeto de disputas epistemológicas e políticas.

Faço esse recorte devido ao entendimento de que o debate em torno das relações étnico-raciais no nosso país envolve todos os sujeitos que ocupam o território nacional, ou seja, diz respeito aos brancos, orientais, negros, indígenas etc., e não apenas aos três últimos grupos como comumente fomos acostumados a considerar. O ato de considerar apenas pessoas negras como racializadas é reflexo do modo como a população branca não consegue (e muitas vezes não quer) se enxergar enquanto um grupo que é também racializado. Ao se colocar na esfera da humanidade, indivíduos brancos outremizam (MORISSON, 2019) aqueles que não estão no seu grupo étnico-racial. Os chamados Outros são portadores de características tidas como imorais, danosas à sociedade, não racionais.

Os modos pelos quais pessoas brancas constroem suas identidades raciais são apontados nos trabalhos desenvolvidos pelos Estudos Críticos da Branquitude, que vem ganhando cada vez mais peso na academia brasileira, no início deste século, principalmente no campo das ciências humanas (SCHUCMAN 2012, 2014; CARDOSO, 2010, 2011; BENTO, 2002, 2002b). Penso que, este próprio ramo de conhecimento pertence ao campo de estudos das relações étnico-raciais, uma vez que buscam compreender as dinâmicas de formação de identidade de pessoas brancas e como estas (se) pensam (nos) diversos fenômenos sociais.

Ao fazer isso não pretendo segregar os campos de saberes antropológicos e muito menos produzir uma hierarquia entre eles. O esforço de se ter um olhar atento para a população negra nos estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil deve ser compreendido como uma ferramenta *metodológica* que possibilite uma *perspectiva racializada*

sobre a situação histórica desses estudos na antropologia feita no Brasil. *Racializada* aqui significa o entendimento de que vivemos em uma sociedade que foi estruturada tendo como um dos seus principais pilares a hierarquia entre as raças, juntamente das outras matrizes de dominação (ALMEIDA, 2019; HOOKS, 2000). Uma vez partícipes desta sociedade, sobretudo a ocidental, todos os sujeitos são *racializados* e se *racializam* na medida em que entram em contato uns com os outros, por mais que haja grupos que neguem tal característica para si — brancos e brancas. Desta forma uma postura *racializada* reflete um modo de agir, pensar e sentir o mundo a partir desta edificação, tendo consciência da mesma neste existir.

Importante ressaltar que quando faço esse recorte, de analisar os estudos antropológicos voltados para as comunidades negras e africanas, estou não apenas me referindo às experiências (materiais) de vida das populações negras, mas sim a todas as suas diversas formas de existir no mundo, pensando nos seus processos de construção de subjetividade e de subjetivação, suas ontologias, cosmologias, espiritualidades, etc., no intuito de assinalar os estudos que abarquem a real complexidade dessas comunidades. Ademais, privilegiar os estudos sobre relações étnico-raciais focando nas populações negras não corrobora com o que outrora fora intitulado como negro-tema (RAMOS, 1955), ou seja, o olhar objetificador e cristalizador que os cientistas sociais possuem quando se interessam em estudar as temáticas das negritudes. Pelo contrário, este recorte é feito justamente para que possamos ir além das formas tradicionais de se olhar para as populações negras que foram outremizados (MORRISON, 2019) pela pesquisa antropológica.

Esta pesquisa existe, justamente, devido ao fato de a Antropologia, enquanto ciência e disciplina, ter tentado *desracializar* as popula-

ções negras, assim como o fez com as populações indígenas (CRUZ, 2018), limitando as possibilidades de pesquisas somente por um viés culturalista, ou seja, atravessados pelos conceitos de cultura e etnicidade. E é isto que me faz voltar para o uso do conceito de relações étnico-raciais, para dar ênfase na constituição *racial* e étnica de todos os sujeitos pertencentes às sociedades ocidentais e ocidentalizadas, e as que estabeleceram contato com o mundo ocidental.

Sistematizando os dados

Quando nos debruçamos sobre o histórico da antropologia na academia brasileira, percebemos que esta é uma disciplina que se apresenta em uma boa fase de maturação. Dos anos 1960 até início dos anos 2000, a mesma já tinha ganhado uma proporção considerável em relação a quantidade de programas existentes. Nesse período 10 programas foram criados. Nem todos ofertavam mestrado e doutorado acadêmico. Boa parte deles começaram somente com o mestrado e depois, no decorrer dos anos, os cursos de doutorado foram sendo implementados. A *Tabela 3* nos traz uma cronologia de criação dos programas.

Paula Montero (2004), em artigo já bastante explorado neste trabalho, organiza uma parte das linhas de pesquisa relacionadas à “eticidade”. Como pontuei anteriormente, não fica muito explícito a forma como se pensa que tipo de linha e grupo de pesquisa pertence ou não as discussões sobre etnicidade, e que isso é um problema *epistemológico da disciplina no país* e de como os diversos intelectuais lidaram com a problemática da “raça”.

Assim, penso que uma forma mais interessante e como tentativa de organizar uma complexa e diversa discussão em torno do eixo em

Tabela 3: Programas de Pós-Graduação em Antropologia, 1968-2000

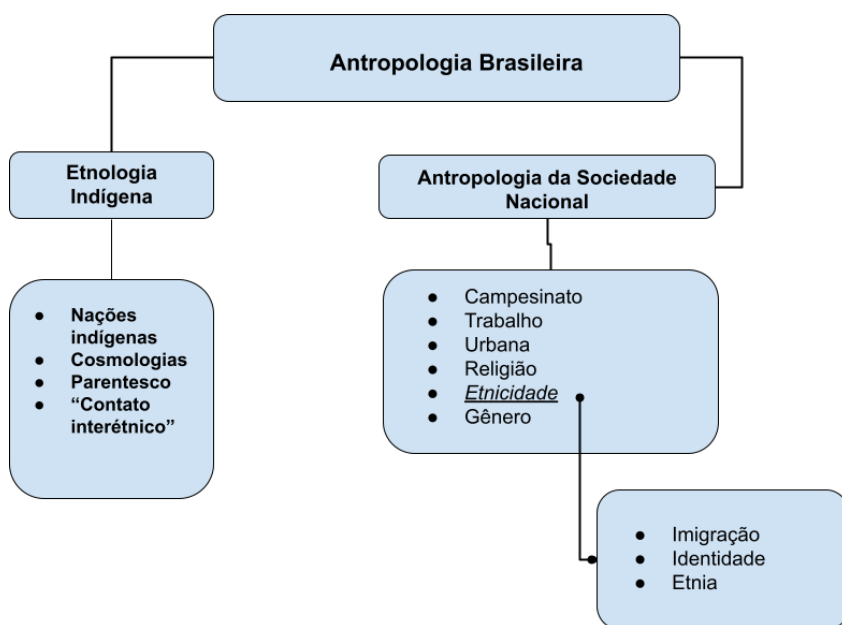
Universidade	Ano
UFRJ	1968
UNICAMP	1971
USP	1972
UNB	1972
UFPE	1977
UFRGS	1979
UFSC	1985
UFPR	1991
UFF	1994
UFPA	1994

Fonte: Informações retiradas dos sítios dos próprios programas e relacionadas com a pesquisa da ABA realizada gestão de Wilson Trajano Filho (2002-2004).

questão seria se referir a este como *relações étnico-raciais*, vide a discussão realizada no tópico anterior, no qual o termo “raça” é aqui utilizado na sua acepção social e analítica, e não bio-lógica, bem como apontando para o fato de que todos os sujeitos são *racializados*, apesar do espelho da raça está voltado sempre para os outros e nunca ou quase pouco para os grupos caucasianos e hegemônicos.

Portanto, compreendendo a necessidade de *racializá-lo*, e por *opção metodológica*, aponto para uma possível reconfiguração do eixo de etnicidade, e busco aprofundar reflexões acerca dos estudos antropológicos voltados para as comunidades negro-africanas que como veremos, pouco foram situados no eixo de etnicidade ou mesmo trabalhadas nas suas complexidades, pelo campo antropológico brasileiro. Nesse sentido, em termos gerais, de acordo com a literatura que trata a respeito da configuração do campo da antropologia brasileira (OLIVEIRA, 1988; PEIRANO, 1992; CARNEIRO DA CUNHA, 1986; CORRÊA, 1995; MONTERO, 2004) esta seria estruturada em torno

de dois eixos principais: o da etnologia indígena, que como a própria nomenclatura revela diz respeito ao conjunto de estudos voltados para as nações indígenas, seus territórios, cosmologias, relações com a sociedade brasileira etc.; e o campo intitulado de antropologia da sociedade nacional, no qual se caracterizaria pelos estudos realizados no campo, do trabalho, dentre outros temas que estão listados no desenho abaixo.

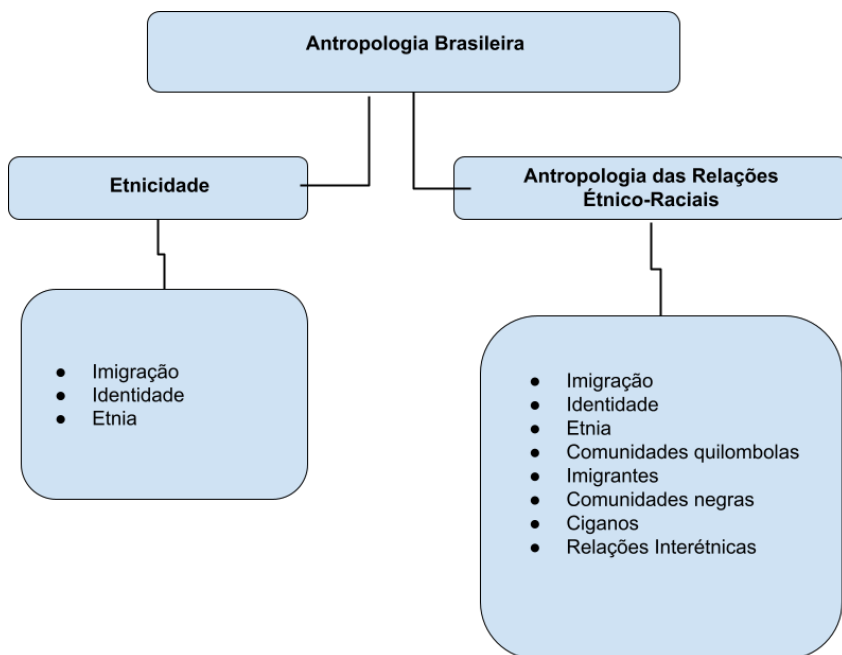


Desenho 1: Configuração do campo da Antropologia brasileira segundo a própria comunidade antropológica nacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Realizei a especificação de um dos campos de interesse deste artigo, o campo da “etnicidade” que, conforme veremos mais à frente, se configura pelas discussões em torno da identidade, dos conflitos étnicos e do fenômeno da imigração. Entretanto, tendo em vista o exercício crítico que está sendo proposto, de pensar as relações que

compõem a configuração do campo da “etnicidade” como “relações étnico-raciais”, podemos incluir temáticas outras que, num primeiro momento, não foram mencionadas, por diversos fatores, e que nos ajudam a pensar de forma complexa o campo de estudos aqui analisado. Com isto, estou me referindo a forma clássica pelo qual os estudos sobre etnia foram realizados pela Antropologia brasileira, que acabou por cristalizar certos grupos estudados, em especial aqui, as comunidades negro-africanas sob um viés culturalista, não enfatizando o elemento conflitivo próprio das “relações raciais” — como comumente era chamada quando a problemática em questão envolvia conflitos entre negros e brancos.



Desenho 2: Configuração do eixo “Etnicidade” e do eixo “Relações Étnico-Raciais” na antropologia brasileira

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em sendo assim, busquei aprimorar a organização do referido eixo, nomeando-o desta outra forma e implementando as linhas de pesquisa que haviam ficado de fora e que, a meu ver, de acordo com o material que está sendo levantado, pertencem a este eixo, prioritariamente, em detrimento dos outros. Essa reorganização se encontra na *Tabela 4*.

Tabela 4: Programas de Pós-Graduação em Antropologia com linhas voltadas para a temática das Relações Étnico-Raciais

Linhas de pesquisa	Instituição	Ano
Minorias étnicas e a sociedade nacional	UFRJ	1968
Antropologia das populações afro-brasileiras e africanas: relações raciais, religiões, identidade	USP	1972
Formas da vida social, manifestações simbólicas, relações interétnicas, história e contextos ambientais	USP	1974
Relações interétnicas	UNB	1981
Relações entre dominantes e dominados	UFPE	1988
Relações entre grupos étnicos e raciais	UFRGS	1997
Relações Interétnicas	UFPR	1999
Raça, etnicidade e gênero	UFPA	1999
Identidade e etnicidade – construção de identidades étnicas e nacionais	UFF	1999
Identidade étnica e cidadania	UFRGS	2001

Fonte: Pesquisa “Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em Antropologia”, Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

Comparando a *Tabela 4* com a *Tabela 3* percebe-se que há uma queda de 20% na participação dos programas quando o foco é voltado para aqueles que possuem nas suas linhas de pesquisas palavras-chave e/ou conceitos que se relacionam com a temática das relações étnico-raciais. O que pode demonstrar o fluxo que esta discussão vai seguindo nos referidos programas. Uma análise mais centrada na dinâmica interior da produção de conhecimento desses programas nos per-

mitiria uma melhor noção desse processo. Assim, abre-se um campo vasto de pesquisa para se estudar a produção de conhecimento de tais programas tendo como eixo central a temática das Relações Étnico-Raciais.¹⁸ Entretanto, a queda da quantidade de programas não representa automaticamente uma queda nas produções de conhecimento, sobretudo se observarmos que houve um alargamento da concepção de etnicidade para a de relações étnico-raciais, o que me permite identificar um aumento do campo temático.

Esta afirmação deriva do fato de que Rubim (1996) ao analisar as produções das teses e dissertações dos PPGAS do MN/UFRJ, UnB, Unicamp e USP, desde as suas fundações até 1994, constatou que o campo da “eticidade” não chegava a constituir 5% de toda a produção dos 4 programas. Rubim menciona um caso, a meu ver muito preocupante e que muito me instigou a pesquisar mais a fundo, como o da UnB, que segundo a autora teve somente uma única dissertação voltada para a referida temática, a saber: “Peões, Pretos e Congos” de Carlos Rodrigues Brandão, sendo inclusive a primeira dissertação defendida no programa.

Assim como a Antropologia nesse período se configura como uma prática intelectual concentrada na região sul e sudeste do país tendo quase $\frac{3}{4}$ dos programas localizados nessa região, o mesmo, consequentemente, ocorre com as discussões voltadas para a temática que estamos aqui analisando. O *Gráfico 1* nos traz as porcentagens da distribuição regional da disciplina no país, e sustentam os argumentos aqui elencados.

¹⁸Na dissertação me debruço sobre a produção de teses e dissertações de 5 PPGAS com o intuito de entender a configuração temática e sobretudo entender o lugar ocupado pela temática das relações étnico-raciais nessas instituições.

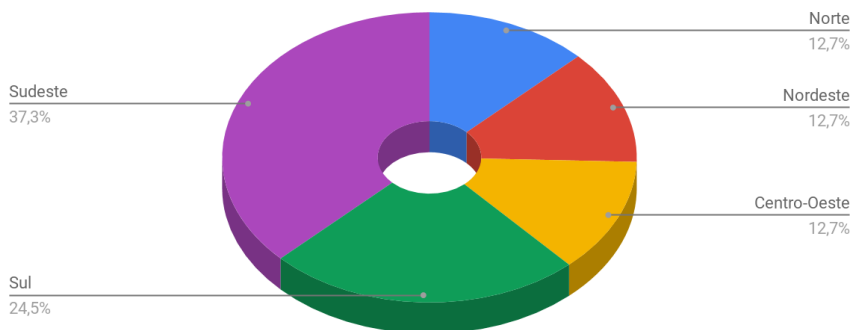


Gráfico 1: Concentração regional dos PPGAS que possuem linhas de pesquisa voltadas para as “relações étnico-raciais”

Fonte: Pesquisa *Formação acadêmica, pesquisa e mercado de trabalho em Antropologia*, Associação Brasileira de Antropologia, 2004

Considerações Finais

Busquei neste trabalho realizar uma breve sistematização em torno do campo da “etnicidade”, no qual me propus a chamar de “relações étnico-raciais”, compreendendo que aquele carregava consigo forte vinculação com os preceitos culturalistas das primeiras décadas do século XIX, elencando assim com o segundo termo um entendimento mais amplo sobre as relações étnicas e interétnicas na sociedade brasileira. Assim, a partir do que foi exposto, percebe-se que o campo das relações étnico-raciais, visto sob a ótica aqui defendida, se apresenta com uma presença maior em detrimento da sua anterior titulação, tendo em vista que foi possível identificar linhas de pesquisas que se encaixam no seu eixo, mas que não foram lá colocadas devido ao estreitamento do eixo de “etnicidade”. Ademais, também chamei atenção para as formas diversificadas de se tratar e entender as comunidades negro-africanas partindo e negando o termo “raça”, passando por vários termos até a utilização de “etnia”, que chegou

a ter um certo consenso, mas que, posteriormente, pesquisadores começaram a apontar a ineficácia do termo no que tange a solução de alguns problemas básicos e até estruturais desses grupos — o que me ajudou a sustentar ainda mais o termo “relações étnico-raciais”.

Os dados organizados também nos permitem identificar a secundarização sofrida pela temática das relações étnico-raciais, sobretudo aquelas voltadas para as comunidades negro-africanas sob o ponto de vista das “relações interétnicas” (OLIVEIRA, 1978) na Antropologia feita no Brasil. Tal acontecimento acabou por delegar, de forma implícita, tal questão para o âmbito da sociologia, uma vez que esta foi responsável pela quebra da hegemonia da ideologia da democracia racial desde os anos 1950, enquanto que a Antropologia continuou a produção de conhecimento voltada para uma abordagem que compreendia tais comunidades como somente “portadoras de cultura”, no caso se restringindo aos estudos de religiões de matrizes africanas quase que de forma hegemônica.

Desta forma, compreendido que os programas de pós-graduação em Antropologia se constituem como os principais balizadores do ensino da disciplina e estabelecendo um quadro que nos permita ter o entendimento de como a temática das relações étnico-raciais estava presente nos PPGAS, se faz necessário passar para uma análise mais micro, que possa captar a dinâmica interna da existência dessas discussões nos referidos programas. Uma das possibilidades de se realizar tal empreendimento é se ater ao estudo das ementas e programas de cursos como arquivos etnográficos (CUNHA, 2004), constituintes de muitos significados, relações de poder, e que é partir deles e de quem os monta (professores/as universitários/as/es), que os futuros (no caso em questão, os já formados e consolidados) antropólogos/as, vão se familiarizar ou não com determinadas formas de se analisar

os fenômenos sociais, enfatizando aqui os fenômenos relacionados às relações étnico-raciais. Um outro caminho, que também tem me interessado muito, é o de analisar as produções de teses e dissertações dos programas ao longo do tempo, como forma de identificar de maneira mais concreta a presença da referida temática nessas instituições, bem como compreender a participação destas na produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais.

O exercício de divisão da Antropologia em campos de estudos não envolve apenas tabulação de temáticas, mas consiste, sobretudo, em uma atividade que é também epistemológica, pois requer um conhecimento da história da antropologia no país, no sentido de identificar quais “escolas teóricas” tiveram uma maior recepção entre os pesquisadores e estudiosos da área etc. Por exemplo, a constatação da frágil argumentação de que a área da etnicidade ocupou um lugar pequeno na disciplina está corroborada, muitas vezes, pelos demais escritos das autoras e de diversos outros autores aqui explanados. O aprofundamento nos estudos de constituição de campos teóricos ou das chamadas “escolas” a partir de determinados intelectuais e dos processos de orientação de pesquisadores nas universidades, as chamadas “linhagens intelectuais” (PEIRANO, 1992), nos possibilita identificar os sujeitos que desenvolveram pesquisas e produziram trabalhos sobre a temática em questão, para que assim possamos ter um entendimento de suas abordagens teóricas e analíticas sobre o fenômeno. Essa reflexão me ocorreu no momento em que fui percebendo o modo pelo qual a chegada de determinados professores em um PPGAS em questão possibilitou a fundação de um campo de estudos no próprio programa, seja porque as discussões se iniciam com determinados intelectuais, ou porque estes trouxeram debates que já ocorriam em outros lugares e passaram a também serem desenvolvidas ali.

Portanto, adentrar nas configurações do campo das relações étnico-raciais nos coloca mediante a difícil e necessária tarefa de se construir uma Antropologia antirracista, comprometida com a veiculação de um saber que não objetifique as comunidades negro-africanas e também nos ajude a identificar intelectuais negros e negras partícipes de sua construção, mas que não foram contemplados pelo *mainstream* antropológico na construção da narrativa *consensuada* acerca da história da disciplina no país. Entretanto, este é assunto para outros tópicos, que já estão se desenhando com muita força, por vários atores sociais, e sobre o qual não poderia deixar de fazer menção, uma vez que esta pesquisa surgiu de inquietações mesmas e alinhadas intelectual e politicamente a elas/eles.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BÔAS, Glauca Villas. *A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966*. Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

CAPES. Plataforma Sucupira. Dados sobre a distribuição dos programas de pós-graduação no Brasil. Disponível em: geocapes.capes.gov.br. Acesso em 30/05/2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, Edison. Uma falseta de Artur Ramos. *Ladinos e criolos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 223-227, 1964.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Mariza. A Antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI,

S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995, p. 25-106.

_____. *Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia*. Editora UNICAMP, 2013.

CRUZ, Felipe. Povos Indígenas, Racialização e Políticas Afirmativas no Ensino Superior. In: Anderson Oliva; wanderson flor do nascimento; Renízia Garcia; Marjorie Marona. (Org.). *Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas*, Brasis, Portugal. 1ed.: Autêntica, 2019, v. , p. 147-162.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DANTAS, Beatriz Gois et al. *Vovô nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. 1982.

DEBRET, Guita Grin. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.) *O campo da Antropologia no Brasil*. Contra-Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

DURHAM, Eunice. *Os problemas da pesquisa antropológica no Brasil*. Mimeo. 1980.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Contra-Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, Brasília: Ed. UnB. [originalmente publicado em 1933], 1961.

FRY, Peter. Peões, pretos e congos. *Anuário Antropológico*, v. 3, n. 1, p. 327-330, 1979.

GIBBS, Graham. Análise comparativa. In: *Análise de dados qualitativos*; tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOBINEAU, Joseph Arthur. *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*. 1854.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Raça e os estudos de relações raciais no Brasil*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 54, p. 147-156, jul.

1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Raça e Pobreza no Brasil*. In: *Classes, raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 232p.

hooks, bell. *Feminist theory: From margin to center*. Pluto Press, 2000.

HILL COLLINS, Patricia. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Revista Sociedade e Estado*, vol 31, n 1, 2016, p. 99-127.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, Alexandre Eulálio, and Leo Gilson Ribeiro. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MICELI, Sergio *et al.* Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep. 1989.p. 72-110.

MONTERO, Paula. Antropologia no Brasil: tendências e debates. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Contra-Capa Livraria /Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros*. Tradução Fernanda de Abreu. Prefácio Ta-Nehisi Coates. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 1998. p. 43-65. Coleção Estudos & pesquisas 4.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03, p. 1-17, disponível em www.geledes.org.br acesso em 29 jun. 2021.

NJERI, Aza. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 31, p. 4-17, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos De Relações Raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.

nyack, z. Alguns Delineamentos sobre Antropologia e Questão Racial no Brasil. In: *Anais Eletrônicos da XIII RAM — Reunião de Antropologia do*

Mercosul, 2019.

OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. *Tempo e tradição: interpretando a Antropologia*. In: Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *CO-DESRIA Gender Series*, v. 1, p. 1-10, 2004.

PEIRANO, Mariza GS. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1991.

_____. Os antropólogos e suas linhagens. *Homenagem*, p. 31-45, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do “branco” brasileiro*. *Journal do Commercio*, 1955.

RUBIM, Christina de Rezende. *Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação*. 1996. 1996. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

_____. Os programas de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, universidade de Brasília, universidade de São Paulo e universidade Estadual de Campinas. *Horizontes antropológicos*, v. 3, n. 7, p. 97-128, 1997.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. (Companhia das Letras), fotos, mapas, quadros, índice anômico e bibliografia. São Paulo, 1993. 287p.

_____. *Questão racial e etnicidade*. In: MICELI, Sergio. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. I (Antropologia), p. 267-325.

SILVA, Maria Nilza da. *O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?* In: *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela. *O campo da an-*

tropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios. Rio de Janeiro: Aba Edições, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis. A dinâmica do campo: temas, tendências e desafios. In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela. *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, p. 57-82, 2018.

Resumo:

Este texto objetiva-se a partilhar alguns resultados da investigação que venho realizando no mestrado. Me proponho a refletir acerca das inter-relações existentes entre a antropologia local e o campo das “relações étnico-raciais”, com um olhar mais atento para as linhas de pesquisas voltada para as “comunidades negro-africanas” durante os anos 1968-2000, momento no qual ocorre a institucionalização (Corrêa, 1995) e expansão da disciplina no campo acadêmico nacional (Montero, 2004). Para tal empreendimento, realizei um mapeamento dos Programas de Pós-graduação em Antropologia existentes nesse período para termos uma noção de onde estavam concentrados e, quais suas linhas de pesquisas, a fim de termos um primeiro conhecimento sobre quais deles discutiam ou não a temática em questão, seja de maneira direta ou indireta, e quais foram os seus vieses de discussão.

Palavras-chave: Antropologia; relações étnico-raciais; PPGA; raça/ethnia.

Abstract:

This text aims to share some results of the research that I have been carrying out in the master’s degree. I propose to reflect on the interrelationships existing between local anthropology and the field of “ethnic-racial relations”, with a closer look at the lines of research aimed at the “black African communities” during the years 1968-2000, a moment in which institutionalization occurs (Corrêa, 1995) and expansion of the discipline in the national academic field (Montero, 2004). For such an undertaking, I carried out a mapping of the Postgraduate Programs in Anthropology existing in that period to have a notion of where they were concentrated and, what their lines of research, in order to have a first knowledge about which of them discussed or not the theme in question, either directly or indirectly, and what were its biases of discussion.

Keywords: Anthropology; ethnic-racial relations; PPGA; race/ethnia.

Recebido para publicação em 25/04/2021.

Aceito em 25/06/2021.